

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Do Sr. General Girão)

Requer ao Ministro da Defesa, Sr. José Múcio, informações sobre as medidas de “ajuste fiscal” que impactam o Sistema de Proteção Social dos Militares.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho por meio deste requerer ao Ministro da Defesa, Sr. José Múcio, que sejam encaminhadas informações detalhadas sobre as recentes mudanças nas normas que impactam o Sistema de Proteção Social dos Militares, derivadas dos “cortes orçamentários” ou “ajuste fiscal” propostos pelo Governo Federal e confirmados pelo próprio titular da pasta ministerial no último dia 20/11/2024.

Diante disso, é imprescindível esclarecer:

1. Quais foram as medidas propostas pelo Governo Federal e quais são as medidas efetivamente confirmadas pelo Minsitério da Defesa?
2. Quais são os critérios e a cronologia detalhada para a implementação da nova regra de idade mínima para a reserva remunerada?
3. Que medidas estão sendo adotadas para tratar os casos de militares beneficiados pela 'morte ficta'?
4. Quais são as implicações imediatas da proibição de concessão sucessiva de pensão para os dependentes de militares falecidos, especialmente aqueles que não são da primeira ordem?
5. Quais são os impactos financeiros atuais e projetados para os militares com a contribuição de 3,5% para o Fundo de Saúde que foi acordada até janeiro de 2026?

Por fim, solicita-se, ainda, que as informações sejam prestadas com o máximo de detalhamento, incluindo estudos técnicos relacionados, documentos oficiais de trâmite administrativo, datas das reuniões entre as



autoridades envolvidas, suas respectivas atas, entre outros meios que possam se prestar ao perfeito adimplemento dos princípios da publicidade e da transparência da gestão pública.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 2024.

Deputado GENERAL GIRÃO
Relator

